

DESTAQUES DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

- Atos publicados na I e II Série -

NEWSLETTER DIGESTO Nº 06/2012

Disponibilização: 26 de março de 2012

Período abrangido: 12 a 23 de março de 2012

ÍNDICE TEMÁTICO

- 1. ACTIVIDADE PARLAMENTAR**
- 2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**
- 3. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS**
 - **AGRICULTURA**
 - **VETERINÁRIA**
- 4. AMBIENTE**
- 5. COMÉRCIO**
 - **COMÉRCIO EXTERNO**
- 6. COMUNICAÇÃO SOCIAL**
- 7. CONSUMIDORES**
 - **DEFESA DO CONSUMIDOR**
- 8. CULTURA**
- 9. DESENVOLVIMENTO REGIONAL**
- 10. FINANÇAS**
 - **ATIVIDADE SEGURADORA**
 - **BANCA/ INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO/SOCIEDADES FINANCEIRAS**
 - **CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS**
 - **PATRIMÓNIO DO ESTADO**
 - **QUESTÕES ORÇAMENTAIS**

11. HABITAÇÃO

12. JUSTIÇA

13. NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

14. REGIÕES AUTÓNOMAS

- **AÇORES**
- **MADEIRA**

15. SAÚDE

16. SEGURANÇA SOCIAL

17. TRABALHO

18. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

- **SEGURANÇA MARÍTIMA**
- **TRANSPORTES**

19. TURISMO E LAZER

1. ACTIVIDADE PARLAMENTAR

Lei n.º 12/2012, de 13 de março **(Assembleia da República)**

Revoga o Código Florestal

Resolução da Assembleia da República n.º 31/2012, de 20 de março **(Assembleia da República)**

Auditoria a realizar pelo Tribunal de Contas ao processo de nacionalização do BPN - Banco Português de Negócios e ao processo que determinou a insolvência do BPP - Banco Privado Português, avaliando, nomeadamente, os custos já realizados e a realizar pelo Estado Português

Resolução da Assembleia da República n.º 34-A/2012, de 20 de março **(Assembleia da República)**

Constituição de uma comissão parlamentar de inquérito ao processo de nacionalização, gestão e alienação do Banco Português de Negócios, S. A.

2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2012, de 15 de março **(Presidência do Conselho de Ministros)**

Approva a classificação dos institutos públicos de regime especial, para efeitos da determinação do vencimento dos respetivos membros dos conselhos diretivos

3. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS

• AGRICULTURA

Resolução da Assembleia da República n.º 32/2012, de 20 de março **(Assembleia da República)**

Recomenda ao Governo a adoção de um programa nacional de erradicação do fogo bacteriano em Portugal

Resolução da Assembleia da República n.º 33/2012, de 20 de março **(Assembleia da República)**

Recomenda o reforço das medidas de combate às patologias vegetais e a criação de um conselho científico para a monitorização de pragas e doenças na produção agrícola e florestal

Resolução da Assembleia da República n.º 34/2012, de 20 de março **(Assembleia da República)**

Recomenda ao Governo que apresente, com a maior brevidade possível, o plano de ação nacional para o controlo do fogo bacteriano e avalie possíveis fontes de financiamento para ressarcir os agricultores e os viveiristas dos prejuízos sofridos

Portaria n.º 62/2012, de 20 de março

(Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território)

Procede à terceira alteração ao Regulamento de Aplicação do Regime de Pagamento Único (RPU), aprovado pela Portaria n.º 68/2010, de 3 de fevereiro

- **VETERINÁRIA**

Portaria n.º 60/2012, de 19 de março

(Ministérios das Finanças e da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território)

Concede, a título excecional, um período especial de registo de espécimes de espécies abrangidas pelo âmbito de aplicação das Portarias n.ºs 1226/2009, de 12 de outubro, e 7/2010, de 5 de janeiro, e procede à primeira alteração à Portaria n.º 1226/2009, de 12 de outubro

Decreto-Lei n.º 72/2012, de 23 de março

(Ministério da Saúde)

Transpõe as Diretivas n.ºs 2011/10/UE, 2011/11/UE, 2011/12/EU e 2011/13/UE, da Comissão, de 8 de fevereiro, com alteração da lista de substâncias ativas que podem ser incluídas em produtos biocidas, tendo em vista a proteção da saúde humana e animal, bem como a salvaguarda do ambiente

4. AMBIENTE

Decreto-Lei n.º 60/2012, de 14 de março

(Ministério da Economia e do Emprego)

Transpõe a Diretiva n.º 2009/31/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de abril, e estabelece o regime jurídico da atividade de armazenamento geológico de dióxido de carbono (CO₂) (índice 2)

Portaria n.º 60/2012, de 19 de março

(Ministérios das Finanças e da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território)

Concede, a título excecional, um período especial de registo de espécimes de espécies abrangidas pelo âmbito de aplicação das Portarias n.ºs 1226/2009, de 12 de outubro, e 7/2010, de 5 de janeiro, e procede à primeira alteração à Portaria n.º 1226/2009, de 12 de outubro

Resolução da Assembleia da República n.º 32/2012, de 20 de março

(Assembleia da República)

Recomenda ao Governo a adoção de um programa nacional de erradicação do fogo bacteriano em Portugal

Resolução da Assembleia da República n.º 33/2012, de 20 de março

(Assembleia da República)

Recomenda o reforço das medidas de combate às patologias vegetais e a criação de um conselho científico para a monitorização de pragas e doenças na produção agrícola e florestal

Resolução da Assembleia da República n.º 34/2012, de 20 de março

(Assembleia da República)

Recomenda ao Governo que apresente, com a maior brevidade possível, o plano de ação nacional para o controlo do fogo bacteriano e avalie possíveis fontes de financiamento para ressarcir os agricultores e os viveiristas dos prejuízos sofridos

[Portaria n.º 61/2012, de 20 de março](#)

(Ministérios das Finanças e da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território)

Primeira alteração ao Regulamento do Sistema Integrado de Proteção contra as Aleatoriedades Climáticas (SIPAC), aprovado pela Portaria n.º 318/2011, de 30 de dezembro

[Decreto-Lei n.º 72/2012, de 23 de março](#)

(Ministério da Saúde)

Transpõe as Diretivas n.ºs 2011/10/UE, 2011/11/UE, 2011/12/EU e 2011/13/UE da Comissão, de 8 de fevereiro, com alteração da lista de substâncias ativas que podem ser incluídas em produtos biocidas, tendo em vista a proteção da saúde humana e animal, bem como a salvaguarda do ambiente

5. COMÉRCIO

- **COMÉRCIO EXTERNO**

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 35/2012, de 16 de março](#)

(Presidência do Conselho de Ministros)

Altera a Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2011, de 25 de outubro, que estabelece a coordenação estratégica para a diplomacia económica e a internacionalização da economia

6. COMUNICAÇÃO SOCIAL

[Despacho n.º 4214/2012, de 22 de março](#)

(Presidência do Conselho de Ministros - Gabinete do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares)

Torna pública a lista dos acontecimentos que devem ser qualificados de interesse generalizado do público, devendo o seu acesso ser facultado pelos adquirentes dos respetivos direitos exclusivos que emitam em regime de acesso condicionado ou sem cobertura nacional aos operadores interessados na sua transmissão televisiva que emitam por via hertziana terrestre com cobertura nacional e acesso não condicionado

7. CONSUMIDORES

- **DEFESA DO CONSUMIDOR**

[Decreto-Lei n.º 63/2012, de 15 de março](#)

(Ministério da Saúde)

Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 189/2008, de 24 de setembro, que estabelece o regime jurídico dos produtos cosméticos e de higiene corporal, transpondo a Diretiva n.º 2001/59/UE, da Comissão, de 13 de maio, que altera a Diretiva n.º 76/768/CEE, do Conselho, de 27 de julho, relativa a produtos cosméticos

8. CULTURA

[Portaria n.º 58/2012, de 13 de março](#)

(Presidência do Conselho de Ministros)

Approva o Regulamento do Apoio à Internacionalização das Artes

Resolução do Conselho de Ministros n.º 32/2012, de 15 de março
(Presidência do Conselho de Ministros)

Autoriza a realização da despesa para o ano de 2012 inerente à execução dos contratos celebrados com diversos editores, relativos à aquisição de conteúdos a serem disponibilizados via b-on

9. DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Decreto-Lei n.º 62/2012, de 14 de março

(Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território)

Integra a gestão do Programa da Rede Rural Nacional (PRRN) na autoridade de gestão do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PRODER) e extingue a autoridade de gestão do PRRN, procedendo à terceira alteração ao Decreto-Lei 2/2008, de 4 de janeiro

10. FINANÇAS

- **ATIVIDADE SEGURADORA**

Norma regulamentar do Instituto de Seguros de Portugal n.º 3/2012-R, de 20 de março

(Instituto de Seguros de Portugal)

Altera a Norma Regulamentar n.º 14/2010-R, de 14 de outubro

- **BANCA/ INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO/SOCIEDADES FINANCEIRAS**

Aviso n.º 3777/2012, de 12 de março

(Ministério das Finanças - Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, I. P.)

Taxa de juros para o mês de março

Aviso n.º 3778/2012, de 12 de março

(Ministério das Finanças - Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, I. P.)

Taxa de juros para o mês de março

Resolução do Conselho de Ministros n.º 24/2012, de 14 de março

(Presidência do Conselho de Ministros)

Autoriza a prática dos atos necessários à participação de Portugal no aumento de recursos do Fundo de Operações Especiais (FOE) do Grupo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 27/2012, de 14 de março

(Presidência do Conselho de Ministros)

Aprova as minutas dos contratos de concessão de benefícios fiscais e respetivos anexos, a celebrar entre o Estado Português e as sociedades Simoldes Aços, Lda., SINFIC - Sistemas de Informação Industriais e Consultoria, S. A., e Mota-Engil, Engenharia e Construção, S. A.

Aviso do Banco de Portugal n.º 8/2012, de 20 de março
(Banco de Portugal)

Altera o Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2007 no sentido de precisar que as posições em risco sobre instituições com prazo de vencimento inicial não superior a três meses devem ser objeto de uma ponderação de 20 %, independentemente da moeda em que essa posição se encontra expressa e financiada

- **CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS**

Resolução do Conselho de Ministros n.º 28/2012, de 14 de março
(Presidência do Conselho de Ministros)

Approva as minutas dos contratos fiscais de investimento, dos contratos de investimento e dos contratos de concessão de benefícios fiscais, e respetivos anexos, a celebrar entre o Estado Português e diversas sociedades

Resolução do Conselho de Ministros n.º 29/2012, de 14 de março
(Presidência do Conselho de Ministros)

Approva as minutas de aditamento aos contratos de investimento celebrados entre o Estado Português e as sociedades VMPS - Águas e Turismo, S. A., e EPEDAL - Indústria de Componentes Metálicos, S. A.

- **PATRIMÓNIO DO ESTADO**

Aviso n.º 3776/2012, de 12 de março
(Ministério das Finanças)

Lista de bens imóveis do domínio privado do Estado Português

- **QUESTÕES ORÇAMENTAIS**

Resolução do Conselho de Ministros n.º 32/2012, de 15 de março
(Presidência do Conselho de Ministros)

Autoriza a realização da despesa para o ano de 2012 inerente à execução dos contratos celebrados com diversos editores, relativos à aquisição de conteúdos a serem disponibilizados via b-on

Declaração de Retificação n.º 14/2012, de 16 de março
(Presidência do Conselho de Ministros)

Retifica o Decreto-Lei n.º 32/2012, de 13 de fevereiro, do Ministério das Finanças, que estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2012, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 31, de 13 de fevereiro de 2012

11.HABITAÇÃO

Portaria n.º 64/2012, de 20 de março
(Ministérios da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território e da Solidariedade e da Segurança Social)

Fixa, para vigorar em 2012, o preço da habitação por metro quadrado de área útil e o preço de venda dos terrenos destinados a programas de habitação de custos controlados

12. JUSTIÇA

Decreto-Lei n.º 67/2012, de 20 de março

(Ministério da Justiça)

Procede à instituição do tribunal da propriedade intelectual e do tribunal da concorrência, regulação e supervisão, tribunais com competência territorial de âmbito nacional para o tratamento das questões relativas à propriedade intelectual e à concorrência, regulação e supervisão

13. NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Decreto n.º 3/2012, de 13 de março

(Ministério dos Negócios Estrangeiros)

Aprova a Emenda à Convenção sobre a Avaliação dos Impactes Ambientais Num Contexto Transfronteiras, adotada em Sófia, a 27 de fevereiro de 2001

Decreto n.º 4/2012, de 13 de março

(Ministério dos Negócios Estrangeiros)

Aprova o Acordo de Cooperação entre a República Portuguesa e a República Popular da China no Domínio do Turismo, assinado em Lisboa em 7 de novembro de 2010

Decreto n.º 5/2012, de 13 de março

(Ministério dos Negócios Estrangeiros)

Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e os Emirados Árabes Unidos sobre a Promoção e Proteção Recíproca de Investimentos, assinado em Abu Dhabi em 19 de novembro de 2011

14. REGIÕES AUTÓNOMAS

- **AÇORES**

Declaração de Retificação n.º 13/2012, de 13 de março

(Presidência do Conselho de Ministros)

Retifica o Decreto Legislativo Regional n.º 3/2012/A, de 13 de janeiro, da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, que aprova o Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2012, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 10, de 13 de janeiro de 2012

Decreto Legislativo Regional n.º 8/2012/A, de 16 de março

(Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa)

Fixa o regime da educação para a saúde em meio escolar

Decreto Legislativo Regional n.º 9/2012/A, de 20 de março

(Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa)

Estabelece o regime jurídico do acesso e utilização de recursos naturais da Região Autónoma dos Açores para fins científicos

- **MADEIRA**

Decreto Legislativo Regional n.º 1/2012/M, de 15 de março

(Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa)

Revoga os Decretos Legislativos Regionais n.ºs 4/90/M, de 18 de janeiro, que cria o subsídio de insularidade ao funcionalismo público da Região Autónoma da Madeira e estabelece o seu regime, e 29/98/M, de 29 de dezembro, que estabelece o complemento regional de 30 % nas ajudas de custo para funcionários e agentes da

administração regional e local, altera a percentagem relativa ao subsídio de insularidade atribuído aos funcionários, agentes e contratados há mais de um ano na ilha de Porto Santo, referido no Decreto Legislativo Regional n.º 2/2011/M, de 10 de janeiro, que aprovou o Orçamento da Região Autónoma da Madeira para 2011 e altera o Decreto Legislativo regional n.º 2/92/M, de 7 de março, que atribui um subsídio de 30 % aos funcionários e pessoal contratado da Junta de Freguesia do Porto Santo

Decreto Legislativo Regional n.º 2/2012/M, de 16 de março
(Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa)

Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 16/2010/M, de 13 de agosto, que estabelece que a prescrição de medicamentos é feita de acordo com a denominação comum internacional e aprova o modelo de receita médica

Decreto Legislativo Regional n.º 3/2012/M, de 16 de março
(Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa)

Estabelece o regime de dispensa de medicamentos em unidose

Decreto Legislativo Regional n.º 4/2012/M, de 16 de março
(Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa)

Adapta à Região Autónoma da Madeira o Decreto-Lei n.º 259/2009, de 25 de setembro, que regula a arbitragem obrigatória e a arbitragem necessária, bem como os serviços mínimos durante a greve

15. SAÚDE

Decreto-Lei n.º 63/2012, de 15 de março
(Ministério da Saúde)

Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 189/2008, de 24 de setembro, que estabelece o regime jurídico dos produtos cosméticos e de higiene corporal, transpondo a Diretiva n.º 2011/59/UE, da Comissão, de 13 de maio, que altera a Diretiva n.º 76/768/CEE, do Conselho, de 27 de julho, relativa a produtos cosméticos

Despacho n.º 4225/2012, de 22 de março
(Ministério da Saúde)

Revoga a obrigatoriedade de aquisição através dos Contratos Públicos de Aprovisionamento celebrados no âmbito do Concurso Público n.º 2010/3, para fornecimento de Corretivos da Volémia e outras Soluções Estéreis e no âmbito do Concurso Público n.º 2010/18, para fornecimento de Medicamentos do Consumo Geral e Outros

Decreto-Lei n.º 72/2012, de 23 de março
(Ministério da Saúde)

Transpõe as Diretivas n.ºs 2011/10/UE, 2011/11/UE, 2011/12/UE e 2011/13/UE, da Comissão, de 8 de fevereiro, com alteração da lista de substâncias ativas que podem ser incluídas em produtos biocidas, tendo em vista a proteção da saúde humana e animal, bem como a salvaguarda do ambiente

16. SEGURANÇA SOCIAL

Decreto-Lei n.º 64/2012, de 15 de março
(Ministério da Solidariedade e da Segurança Social)

Procede à alteração do regime jurídico de proteção no desemprego dos trabalhadores por conta de outrem, beneficiários do regime geral de segurança social, e à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de novembro

Decreto-Lei n.º 65/2012, de 15 de março

(Ministério da Solidariedade e da Segurança Social)

Estabelece, no âmbito do sistema previdencial, o regime jurídico de proteção social na eventualidade de desemprego dos trabalhadores que se encontrem enquadrados no regime dos trabalhadores independentes e que prestam serviços maioritariamente a uma entidade contratante

Portaria n.º 67/2012, de 21 de março

(Ministério da Solidariedade e da Segurança Social)

Define as condições de organização, funcionamento e instalação das estruturas residenciais para pessoas idosas

17. TRABALHO

Decreto-Lei n.º 64/2012, de 15 de março

(Ministério da Solidariedade e da Segurança Social)

Procede à alteração do regime jurídico de proteção no desemprego dos trabalhadores por conta de outrem, beneficiários do regime geral de segurança social, e à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de novembro

18. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

- **SEGURANÇA MARÍTIMA**

Decreto-Lei n.º 61/2012 de 14 de março

(Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território)

Transpõe a Diretiva n.º2009/16/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Abril de 2009, relativa à inspeção de navios pelo Estado do porto, e revoga os Decretos-Leis n.ºs195/98, de 10 de Julho, 156/2000, de 22 de Julho, 284/2003, de 8 de Novembro, e 58/2007, de 13 de Março

- **TRANSPORTES**

Decreto-Lei n.º 59/2012. D.R. n.º 53, Série I de 2012-03-14

(Ministério da Economia e do Emprego)

Altera o Decreto-Lei 137-A/2009, de 12 de junho, que aprovou o regime jurídico aplicável à CP - Comboios de Portugal, E. P. E., e os respetivos estatutos, conformando o direito interno com a disciplina da Diretiva n.º 91/440/CE, do Conselho, de 29 de julho de 1991

19. TURISMO E LAZER

Decreto n.º 4/2012, de 13 de março

(Ministério dos Negócios Estrangeiros)

Aprova o Acordo de Cooperação entre a República Portuguesa e a República Popular da China no Domínio do Turismo, assinado em Lisboa em 7 de novembro de 2010